



GUIÃO PARA CONSULTAR CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA



**“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”:
A IMPORTÂNCIA DE CONSULTAR
CRIANÇAS E JOVENS COM
DEFICIÊNCIA**



Plan / Guatemala / Marcela Bogdanov



Plan International / Serra Leoa /
Erin Johnson, Room3



Plan / AFM Shamsuzzaman

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	X
PORQUÊ UM GUIA PARA CONSULTAR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?	X
QUAL O IMPACTO DA CONSULTA	X
PLANIFICAR A CONSULTA	X
CONSIDERAÇÕES GERAIS	X
CONSULTAR CRIANÇAS COM DIFERENTES TIPOS DE DEFICIÊNCIA	X
Crianças com deficiência auditivas	
Crianças com deficiência físicas	
Crianças com deficiência visuais	
Crianças com deficiência mentais	
Crianças com deficiência comunicativas	
ESTUDOS DE CASOS	X
CONCLUSÃO	X
REFERÊNCIAS	X



Plan International / Nepal / Rajesh Rai



Plan International / Uganda

AGRADECIMENTOS

Esta publicação surge na continuação do projecto de pesquisa Protect Us!, fundado por Plan International da Noruega, Plan International do RU e Plan International da Finlândia e executado por London School of Hygiene & Tropical Medicine. Este projecto de pesquisa documentou a violência sobre crianças com deficiência e a sua falta de protecção. Uma recomendação importante que surgiu desta pesquisa é a necessidade de consultar crianças e jovens com deficiência. Este guia é um recurso de apoio a uma comunicação inclusiva com crianças e jovens com deficiência.

Os fundamentos para este guia são da autoria de Hannah Kuper, Co-Director International Centre for Evidence in Disability (ICED), London School of Hygiene and Tropical Medicine e de Morgon Banks, investigador em ICED. Foram finalizados por Plan International Finland (Frank Velthuisen) com o apoio de Plan International Ireland (Gwen Duffy) e o contributo valioso de Plan International's Disability Inclusion Working Group e de Research and Knowledge Management Team.

Um agradecimento especial a Royal Dutch Kentalis, Liliame Fonds e Enable Ireland pelo seu importante contributo.

PORQUÊ UM GUIA PARA CONSULTAR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?

No objectivo de Plan International (2016) é afirmado: “Que seja dado às crianças, aos jovens e às comunidades a capacidade de empreenderem mudanças vitais que combatam as causas da discriminação contra as raparigas, a exclusão e a vulnerabilidade”. Raparigas e rapazes com deficiência são, sem dúvida, um grupo que tem sido excluído e sofre de discriminação.

A deficiência infantil é muito comum – cerca de uma em cada 20 crianças no mundo tem uma deficiência (UNICEF, 2013). Crianças e jovens com deficiência enfrentam muitas barreiras à participação em sociedade e são um grupo particularmente vulnerável nas comunidades onde Plan International trabalha. Política comportamental e física e/ou barreiras institucionais dificultam a protecção das crianças com deficiência e a sua participação plena e efectiva na sociedade. Por exemplo, as crianças com deficiência têm 5-10 vezes menos probabilidades de frequentar a escola e mais probabilidades de ter pouca

saúde e sofrer violência (Plan, 2014a; Plan, 2016a). Além disso, a desigualdade de género agrava potencialmente a exclusão, sendo que o impacto da deficiência é mais expressivo para as raparigas com deficiência.

São portanto necessários mais esforços para ultrapassar as barreiras que muitas crianças e jovens com deficiência enfrentam, para que possam participar em pé de igualdade com os seus pares não deficientes, como é seu direito (UNCRC, 2007, art. 3c; CRC, 1989, art. 2, 23). Isto pode ser conseguido tanto através de programas inclusivos para crianças e jovens com deficiência como pela criação de intervenções específicas para eles. Estes esforços são particularmente importantes para Plan International, dado o seu empenho em padrões de desenvolvimento comunitário centrados na criança, com vista a combater a exclusão e aumentar a participação, especialmente dos grupos mais vulneráveis (Plan, 2016b).



Plan International / Indonésia / Erin Johnson, Room3

É de grande importância consultar as crianças e jovens com deficiência, pois eles são quem melhor conhece a sua própria situação. No entanto, muitas vezes não é reconhecido que crianças e jovens com deficiência possam contribuir para os processos de tomada de decisão e são deixados de parte (Plan, 2013). A eficácia e inclusividade de um programa aumenta sempre que as crianças e jovens com deficiência dão um contributo significativo em todas as fases da planificação de um programa. Se não forem consideradas as suas perspectivas, eles serão involuntariamente excluídos (CBM,

2012). As crianças e jovens com deficiência têm um leque variado de experiências, opiniões e capacidades. Cada criança reage à sua deficiência de modo diferente e requer estratégias e formas de apoio diferentes para alcançarem o seu potencial pleno. A colaboração de crianças e jovens de diferentes situações (género, tipos de deficiência, a frequentar ou não a escola) podem ajudar na elaboração de programas flexíveis e inclusivos para todas as crianças, com ou sem deficiências.

A possibilidade de uma criança expressar os seus pontos de vista é um direito humano protegido pelas leis internacionais. O Artigo 12 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) (1989) diz,

“Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.”

As crianças com deficiência têm o direito de expressar as suas opiniões, protegidas pela Convenção das Nações Unidas para os Direitos de Pessoas com deficiência (CRPD) (2006). O Artigo 6 diz,

“ Os Estados Partes asseguram às crianças com

deficiência o direito de exprimirem os seus pontos de vista livremente sobre todas as questões que as afectem, sendo as suas opiniões devidamente consideradas de acordo com a sua idade e maturidade, em condições de igualdade com as outras crianças e a receberem assistência apropriada à deficiência e à idade para o exercício deste direito.”

Este guia procura ajudar a proteger esses direitos das crianças com deficiência e assegurar que sejam cumpridos.

Em que consiste este documento?

Este documento fornece linhas de orientação sobre a importância de consultar crianças com deficiência. Fornece sugestões práticas para consultar crianças e jovens com deficiência, em várias situações. Procura munir as pessoas que trabalham com os direitos das crianças dos conhecimentos e capacidades necessários para comunicar com crianças com deficiência variadas.

Este documento apresenta ideias e sugestões para todo o



Plan International / Indonésia / Erin Johnson, Room3

processo de consulta, incluindo: planificação da consulta, considerações gerais para consultar crianças com deficiência, ideias específicas sobre como comunicar com crianças com diferentes tipos de deficiências e alguns exemplos de estudos de caso.

Para quem é este documento?

Este documento é um guia para Plan e parceiros sobre como trabalhar com crianças e assegurar que as crianças com deficiência sejam consultadas e ouvidas nos programas de Plan. Estão incluídos:

- Pessoal no terreno
- Investigadores e consultores
- Líderes e membros comunitários
- Funcionários governamentais
- Mediadores e formadores
- Professores
- Funcionários de Plan National Office e de Country Office

Este guia pode ser usado em todos os contextos, inclusive ao nível das políticas nacionais, nas comunidades, durante o desenvolvimento de projectos e em contextos humanitários.



QUAL É O IMPACTO DA CONSULTA?

Consultar crianças e jovens com deficiência ajuda a disponibilizar e adaptar devidamente os programas que respondem às suas necessidades e que os irão ajudar a alcançar o seu pleno potencial, respeitando os seus direitos fundamentais. Ao assegurar que os programas são inclusivos para todas as crianças com deficiência, os programas de Plan adaptam-se a um leque mais alargado de crianças, sendo por isso melhor para todas as crianças.

Consultar crianças e jovens com deficiência beneficia-os directamente. Crianças e jovens com deficiência são muitas vezes escondidos e sofrem de estigma e de discriminação (UNICEF, 2013). Consultar crianças e jovens com deficiência ajuda-os a sentirem-se respeitados e autónomos, ao ser-lhes dada voz em decisões que os afectam (Joseph Rowntree Foundation, 2001). Muitas pessoas – incluindo cuidadores e familiares – têm baixas expectativas sobre crianças e jovens com deficiência. Estas atitudes podem ser interiorizadas pelas próprias crianças e jovens, causando uma baixa auto-estima. As crianças e jovens que vêem as suas opiniões e pontos de vista valorizados têm a sua autoconfiança aumentada (CBM, 2012).

O envolvimento de crianças e jovens com deficiência dá-lhes a força para se expressarem e questionarem o mundo à sua volta (Ackermann et al., 2003). Além disso, encorajar a participação de crianças e jovens com deficiência e procurar o seu contributo irá provocar da parte dos outros uma maior apreciação dos seus valores, talentos e capacidades e do seu potencial contributo para a sociedade (Kellett, 2005; Stubbs, 2008).

Consultar crianças e jovens com deficiência é importante para assegurar que os programas são desenvolvidos de modo a melhor fazer face às suas necessidades e assegurar o respeito pelos seus direitos. Ao mesmo tempo, é a prova de que são membros importantes da sociedade. Como o movimento de deficiência refere, “Nada sobre nós, sem nós”.

O que Plan quer dizer com...?

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA:

Atividades em que raparigas e rapazes expressam as suas opiniões e se envolvem na tomada de decisões que os afectam, de modo consciente e voluntário (Plan International, 2014b).

A participação da criança é eficaz sempre que as crianças estão bem informadas, podem expressar livremente as suas opiniões e estas são tomadas em conta – e quando lhes é dada a oportunidade de, em conjunto, tomarem decisões importantes (Plan, 2015).

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO CENTRADO NA CRIANÇA (CCCD):

Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança (CCCD) é a abordagem própria de Plan no trabalho com as comunidades para ajudar mais crianças e jovens a reconhecer o seu potencial.

Assenta em dois pilares:

- 1) Todas as crianças têm os mesmos direitos universais, estabelecidos em tratados internacionais, tais como a Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência. Incluem os direitos a: educação, cuidados de saúde, protecção de perigos e participação como cidadãos.
- 2) As comunidades têm mais poder quando actuam em conjunto. Plan dá apoio a grupos de pessoas que se organizam conjuntamente para resolver os seus problemas. Sempre que as pessoas actuam em conjunto, apoiam-se mutuamente e desenvolvem as suas capacidades e confiança. Sentem-se os donos das suas actividades. Assim, é mais provável que lhes dêem continuidade e as promovam. Desenvolvem a capacidade de exigir os seus direitos e os direitos dos seus filhos, como cidadãos activos (Plan, 2014c).

Os Padrões CCCD de Plan:

1. Trabalhar com Crianças e Comunidades
2. Combater a Exclusão e a Desigualdade de Género
3. Envolver a Sociedade Civil
4. Influenciar Governos
5. Fortalecer a Responsabilidade de Plan

Padrão 1, “Trabalhar com Crianças e Comunidades”, é particularmente relevante para este guia. As crianças e as comunidades têm o direito de expressar as suas prioridades e devem ser encorajadas a fazê-lo. As crianças, as suas famílias e comunidades devem participar nas decisões que são importantes para elas. Isto é fundamental para a sustentabilidade dos programas. Plan trabalha com membros da comunidade – crianças e adultos – no sentido de desenvolver capacidades e recursos colectivos e dar-lhes a possibilidade de terem um papel decisivo na elaboração, implementação e gestão de projectos, no melhor interesse das crianças (Plan, 2014c).

Para mais informações sobre os padrões CCCD, por favor, consulte em: <https://plan-international.org/approach/child-centred-communitydevelopment-ending-child-poverty>

Como e quando pode ser usado este documento?

As crianças e jovens com deficiência devem ser consultados e incluídos em todas as intervenções, programas, actividades ou políticas que podem ter impacto nas suas vidas. Consultar crianças e jovens com deficiência é importante nas várias fases do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação dos programas de forma a melhor assegurar que os seus direitos sejam respeitados.

- A consulta pode ajudar a descobrir as questões mais importantes nas vidas das crianças e jovens com deficiência; as suas opiniões sobre a sociedade em que vivem, como gostariam de ser tratados, a sua saúde, educação e tempos livres. A consulta dá informação sobre a necessidade de esforços adicionais dentro dos programas ou de programas específicos.
- As crianças podem ajudar a identificar soluções para ultrapassar barreiras e problemas que enfrentam. Podem especificar o tipo de apoio e que adaptações, se existirem, poderão ajudar no seu envolvimento em várias actividades e no ultrapassar de desafios que venham a enfrentar.
- Receber um feedback frequente é importante para assegurar a adequação dos programas às crianças e jovens com deficiência, assim como a sua eficácia e relevância.
- Além de abordagens orientadas para consulta de crianças e jovens com deficiência, é também essencial a representação



igual das suas vozes nos principais canais. Crianças e jovens com deficiência devem estar incluídas ao lado dos seus pares não deficientes, em todas as actividades e fóruns que procuram a participação de crianças.

Este documento pode ser usado como referência durante as consultas a crianças e jovens com deficiência para qualquer intervenção, programa, actividade ou política que pode vir a afectar as suas vidas. O guia pode, por exemplo, ser útil em:

- Estudos de referência
- Projectos de investigação
- Debates
- Acções de sensibilização
- Monitorização de avaliação
- Sessões informativas
- Sessões de formação



PLANIFICAÇÃO PARA A CONSULTA

DIFERENTES ABORDAGENS PARA CONSULTAR CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Podem ser necessárias abordagens diferentes para consultar crianças e jovens com deficiência, dependendo da natureza da incapacidade subjacente à deficiência. Deverão ser atribuídos tempo suficiente, recursos e orçamento para promover abordagens que potencializem a inclusão das crianças. Por exemplo, a linguagem gestual é importante para comunicar com uma criança com deficiência auditiva (se conhecerem a linguagem gestual) enquanto que o uso de linguagem simples ajuda na

consulta a uma criança com deficiência mental. As alterações que se exigem na abordagem da consulta a crianças com deficiência são muitas vezes pequenas e fáceis de conseguir, com baixo orçamento. Além disso, o saber consultar devidamente Crianças com diferentes tipos de deficiência irá contribuir para uma melhor comunicação com as crianças em geral, quer tenham ou não alguma deficiência. As secções seguintes fornecem sugestões práticas para consultar devidamente crianças com deficiência.

PRIMEIROS PASSOS

PRÉ-CONSULTA

Seleção de crianças e jovens para participar

Há aspectos a considerar quando decidir quais as crianças e jovens que vão participar na consulta.

1. UM CONJUNTO DE CRIANÇAS

As consultas surtirão mais efeito se envolverem tanto raparigas como rapazes e jovens com deficiência, com um leque diversificado de experiências.

Devem ser tomados em conta factores importantes como o género, tipos de deficiência, idades, se as crianças frequentam ou não a escola e se estão nas escolas do ensino regular ou especial. Considerando estes factores e outros que ache relevante, tente envolver na consulta várias crianças.



2. ESTABELECEER CONTACTO COM AS PESSOAS-CHAVE NA COMUNIDADE

Diferentes grupos da comunidade poderão ajudar a identificar as raparigas, rapazes e jovens com deficiência, dependendo do contexto.

Estes grupos podem incluir:

- Organizações de Pessoas com deficiência (DPOs)
- Líderes comunitários
- Unidades de saúde (e.g. centros de saúde, hospitais)
- Escolas
- Pares

Consentimento para participar

CONSENTIMENTO DA CRIANÇA

Antes de começar qualquer consulta com crianças, deve receber delas consentimento informado. Isto obriga a que se explique à criança:

- O que irá envolver a sua participação na consulta;
- Potenciais riscos e benefícios para a criança, por participar;
- Os direitos da criança durante a consulta (e.g. podem decidir não participar ou saírem do processo em qualquer altura, por qualquer razão, sem quaisquer consequências).

O consentimento pode ser escrito (assinado ou impressão digital) ou oral, dependendo do mais adequado ao contexto.

Pergunte à criança como se sente mais confortável, se estando acompanhada por alguém (e.g. cuidador, amigo, familiar) ou se prefere discutir certas coisas sozinha.

Nota Importante: assegure-se de que a participação da criança na consulta é voluntária. Nenhuma criança pode ser forçada a participar, nem por si nem por outra pessoa, se essa não for a sua vontade. Certifique-se de que a criança compreende exactamente o que está envolvido na consulta e que aceitou participar (Jenkin et al., 2015).

Consentimento do cuidador/tutor

Na maioria dos casos, vai também ser preciso consentimento do cuidador/tutor da criança. Verifique qual a idade em que é exigido consentimento na lei do país.

Em relação a jovens com deficiência com impacto na compreensão, recomenda-se que, na maioria dos casos, se peça consentimento ao cuidador/tutor, independentemente da idade.

Sempre que haja dúvidas quanto ao consentimento, é melhor pedir a um amigo ou familiar da criança para estar presente para dar apoio ou actuar como defensor.



Plan International / Serra Leoa / Erin Johnson, Room3

Política de Protecção da Criança

Assegure-se que cumpre as regras definidas na política de protecção à criança de Plan International. A política deve ser seguida por todo o pessoal de Plan e dos parceiros, sempre que trabalhem com crianças. O pessoal de Plan deve também assegurar-se que cumprem os regulamentos específicos do Plan Country Office do país onde estão a trabalhar. É da responsabilidade da pessoa que conduz a consulta minimizar qualquer desconforto ou ansiedade que a criança possa estar a sofrer.

Assegure-se dos passos a dar para proteger a criança. Por exemplo, isto pode incluir explicar à criança que não quer que ela se sinta incomodada ou insegura em qualquer altura da consulta e que qualquer actividade será interrompida se lhe estiver a causar desconforto. Na consulta, deve ficar claro para a criança e ser-lhe lembrado que apenas deve partilhar a informação que quiser e sentir-se segura ao fazê-lo (Jenkin et al, 2015).



Plan International / Nepal / Rajesh Rai

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Há algumas considerações importantes que devem ser entendidas e tomadas em conta antes de começar a consultar crianças com deficiência.

Considerações Gerais durante a Consulta

As crianças com deficiência querem ser tratadas da mesma maneira que as Crianças que não têm deficiência. Dirija-se sempre à criança, como faria com outra pessoa, com respeito, dignidade, empatia e igualdade. Não assuma que uma criança com deficiência requer um tratamento especial todo o tempo (Save the Children, 2015). Não trate uma criança com deficiência com mais intimidade do que trataria outra pessoa.

Pode ser necessário adaptar a sua abordagem tradicional para entrevistas, actividades, programas, etc. quando se tratar de crianças e jovens com deficiência. A aprendizagem de novas abordagens para consultas irá beneficiar a sua interação com todas as crianças e jovens. Serão fornecidos exemplos de como adaptar essas abordagens crianças com diferentes tipos de deficiência, mais à frente neste documento.

Se não tem a certeza se uma criança consegue desempenhar certas actividades, pergunte-lhe o que ela é CAPAZ de fazer e não o que não sabe fazer. Se for necessário, discuta com a criança sobre adaptações que possam ajudá-la a participar de forma plena nas actividades planeadas.

Se fizer actividades de grupo, faça um esforço por incluir a criança/as crianças no grupo, e não em separado.

Seja paciente e flexível.

Assegure-se que respeita as opiniões e experiências da criança e as trate com seriedade durante a consulta.

Reconheça que todas as crianças, independentemente da forma como comunicam ou da deficiência que têm, todas podem contribuir com algo valioso.

Em muitas situações, é exigido que o cuidador/tutor esteja presente durante a consulta com a criança. A idade em que as crianças podem ser entrevistadas sozinhas pode variar

conforme as situações. A presença de um cuidador/tutor pode ser exigida em consultas com crianças com certos tipos de deficiência (i.e. auditiva, comunicativa ou mental). Procure conselho local para decidir se deve consultar a criança sozinha ou com um cuidador/tutor. Em caso de dúvida, mantenha a presença de um cuidador durante a consulta. Dirija-se e olhe sempre para a criança e não para o seu intérprete, cuidador ou auxiliar de comunicação.

Um factor determinante para a participação da criança na consulta é a relação entre o entrevistador e a criança, a sua família e a sua comunidade. É necessário tempo para desenvolver uma boa relação; serão necessárias várias visitas para construir confiança e determinar a melhor forma de comunicar entre o entrevistador e a criança. Durante as visitas o entrevistador será capaz de entender como a criança comunica e adquirir as capacidades necessárias para com ela comunicar (Jenkins et al., 2015).

Consulta com Crianças mais Novas

Quando consultar crianças mais novas, terá de adaptar a sua abordagem pois as crianças podem demorar mais tempo a entender qualquer coisa ou podem ter uma capacidade de atenção mais reduzida.



Plan International / Togo / Akintunde Akinleye

Deve adaptar a sua abordagem, assegurando que:

- O tópico da consulta está apropriado à idade;
- A linguagem usada está apropriada à idade (e.g. Simplifique a linguagem para crianças mais novas);
- A abordagem usada está apropriada à idade (e.g. Escolha brincar com crianças mais novas);
- Pais e cuidadores estão presentes na consulta com crianças mais novas.

Os critérios de idade para definir crianças mais novas deve ser acordado localmente.

CONSULTAR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DIFERENTES

As considerações gerais para consultar crianças e jovens com deficiência foram delineadas na seção anterior. No entanto, vai também ser necessário adaptar a sua abordagem de acordo com a natureza da deficiência de cada criança.

Outras considerações a ter em conta para consultar crianças e jovens com diferentes deficiências estão descritas nas seções que se seguem.

1. Crianças com deficiência Auditivas

- **Capte a atenção da criança com deficiência auditiva antes de começar a falar, usando sinais (e.g. acene no seu campo de visão ou toque levemente no seu ombro).**
- **Olhe para a criança, olhos nos olhos, sempre que falar.**
- **Veja que haja luz suficiente para se verem bem.**
- **Mantenha o ruído de fundo a nível mínimo.**
- **Use vários meios de comunicação: gestos, linguagem corporal, expressões faciais.**
- **Fale a um nível auditivo normal: não muito alto e não demasiado baixo.**
- **Fale de modo normal: não exagere a pronúncia.**
- **Fale devagar e com clareza, usando linguagem simples e um ritmo constante.**
- **Se lhe parece que não foi entendido, não repita a frase. Pense em como reformular a frase ou como transmitir a mensagem de outro modo (e.g. por escrito).**

- **Considere ter presente um adulto surdo/com dificuldades auditivas, como auxiliar de investigação, que possa prestar ajuda a comunicar com a criança.**
- **Também pode recorrer a um intérprete de linguagem gestual para fazer a comunicação entre o auxiliar da investigação surdo e o investigador.**
- **Fale directamente com a criança (não com o intérprete ou pais).**
- **Tente focar-se em métodos positivos de comunicação em que a criança se possa envolver e não em métodos de comunicação em que ela não se consiga envolver.**
- **Pergunte à criança (ou pais/cuidadores/professores/intérpretes, no caso de uma criança mais nova) se algo pode ajudar à comunicação.**

Por exemplo:

- Linguagem gestual, aparelhos auditivos;
- Sempre que em grupos, estar sentado mais perto do orador;
- Blocos/cartões para notas para as crianças que sabem ler/escrever e assim poderem expressar ideias ou prestar esclarecimentos durante as conversas;
- Linguagem falada/escrita a que a criança esteja habituada (linguagem local ou da escola);
- Explicações por escrito, diagramas/imagens para realçar pontos de vista;
- Apoios visuais e metodologias tais como teatro ou dramatização, representando situações de vida reais e produção de vídeo;
- Se a criança não conhece a linguagem gestual e se a pessoa presente na entrevista com a criança domina algum tipo de linguagem gestual informal para comunicar ideias básicas, então talvez seja de a usar como meio de comunicação.



Plan International / Nepal / Max Greenstein

2. Crianças com deficiência físicas

- Fale sempre directamente com a criança. Não se dirija ao acompanhante ou assistente pessoal em vez de o fazer à criança com deficiência.
- Se estiver a falar com uma criança numa cadeira de rodas ou que está sentada, faça o possível por se sentar de modo a ficar ao mesmo nível e fiquem face a face. Geralmente não é correcto agachar-se ao lado de alguém para ficar ao nível do olhar.
- As cadeiras de rodas e outros aparelhos de apoio fazem parte do espaço pessoal de quem os usa – não se apoie ou sente neles.
- Respeite a independência da pessoa e não faça suposições sobre o que ele/ela pode ou não fazer. Por exemplo, não empurre a cadeira de rodas sem perguntar primeiro à criança.
- **Assegure-se de que as reuniões aconteçam em locais acessíveis. Por exemplo, instalações com acesso livre de degraus/rampas, casas de banho para deficientes e boas ligações a transportes. No entanto, se nada disto estiver disponível, não use a acessibilidade como desculpa para não consultar a criança com deficiência física.**



- **Se necessário, fale com a criança sobre que adaptações ou apoios ele/ela acharia úteis. Por exemplo:**
 - O apoio do cuidador;
 - Tratar de transporte adequado e assistência pessoal;
 - Andar devagar e ter um tempo de descanso se a criança tiver mobilidade reduzida;
 - Usar actividades de mãos livres para as crianças com deficiência nos membros superiores;
 - Assegure-se de que a criança tem acesso às tecnologias que geralmente usam, em particular aparelhos de comunicação.

3. Crianças com deficiência visuais

Muitas pessoas com deficiência visual não são completamente cegas e conseguem distinguir a luz da escuridão e por vezes as cores e formas dos objectos. Deve verificar com a criança o que ela consegue ver e nunca assumir que ela não vê nada.

- **Quando abordar uma criança que é cega, não esqueça identificar-se de modo claro e dizer-lhe quem mais está presente.**
- **Use o nome dela para captar a sua atenção.**
- **Olhe a criança de frente sempre que se lhe dirigir.**
- **Mantenha o ruído de fundo a nível mínimo.**
- **Faça uma descrição verbal clara de quem os rodeia e de qualquer informação visual que esteja a usar.**
- **Diga-lhes quando se vai embora ou afastar – não deixe ninguém a falar para o vazio.**
- **Quando numa situação de grupo, diga o nome de cada pessoa a quem se dirige.**
- **Fale com a criança sobre quaisquer adaptações que possam ajudar na sua participação. Por exemplo:**
 - Se possível, forneça óculos, aparelho de ampliação, texto em fala;
 - Forneça informação em caracteres grandes com elevado nível de contraste no texto e imagens;



- Se a criança domina Braille, passe as perguntas para Braille e dê-lhe a opção de responder em Braille (isto pode exigir a presença de um tradutor de Braille);
- Dê a oportunidade de as respostas às perguntas serem gravadas em fita audio e volte a ouvir a resposta para verificação;
- Pergunte à criança se gostaria de se sentar à frente na sala, no caso de haver uma apresentação durante a consulta;
- Ofereça apoios físicos e auditivos, tais como fazer perguntas em alta voz ou fornecer objectos para tocar que estejam associados a uma pergunta/resposta (Jenkin et al., 2015);
- Ofereça apoio pessoal para se deslocar; ao caminhar, ofereça o seu cotovelo ou ombro (depende da altura da criança), aguarde o consentimento dela e caminhe ligeiramente à frente. Use as palavras “direita”, “esquerda” ou “em frente” e evite as palavras “aqui” e “por aqui” (Save The Children, 2015).

4. Crianças com deficiência mentais

- Faça algumas sessões preparatórias com a criança antes de recolher informações, para a ajudar a compreender os assuntos (Jenkin et al., 2015).
- Dê à criança instruções claras e concisas.
- Faça perguntas simples e específicas sobre um assunto de cada vez, com possibilidade de respostas básicas.
- Esteja preparado para explicar mais do que uma vez se a criança não entender logo à primeira.
- Seja paciente e dê reforços positivos, mas não lhe ponha “as palavras na boca”. Dê-lhe tempo para pensar.
- Adapte o método de comunicação ao preferido pela criança – esteja atento às expressões faciais da criança, seu comportamento e gestos (Jenkin et al., 2015).
- **Assegure-se que se preparou com diferentes métodos para apoiar crianças com diferentes necessidades.**
- **Muitas pessoas, incluindo os cuidadores, subestimam as capacidades de pessoas com deficiência mentais. Tanto quanto possível, comunique directamente com a criança. Se ele/ela tiverem dificuldades em comunicar de forma independente, sugira a presença de cuidador. Mesmo estando um cuidador envolvido, tente obter a colaboração directa da criança.**



- **Fale com a criança e/ou o cuidador sobre o que poderá ajudar na sua participação. Alguns exemplos de adaptações de formas de comunicação alternativos incluem:**
 - Usar demonstração, apoios audio-visuais;
 - Permitir que a criança responda de diferentes maneiras (e.g. desenho);
 - Usar metodologias criativas tais como música, arte, cartões com imagens, jogos, etc.;
 - Garantir bastante tempo de treino;
 - Dividir a competência ou actividade em pequenas partes;
 - Conceder bastante tempo para as actividades;
 - Se a pessoa presente na consulta com a criança tiver uma forma de comunicar colaborativa, talvez seja de lhe pedir apoio.

5. Crianças com deficiência de comunicação

- Algumas crianças, como por exemplo as que têm deficiência mental ou física, ou as que são surdas e não dominam a linguagem gestual podem ter dificuldades de comunicação.
- Identifique o método de comunicação preferido da criança e prepare a consulta de acordo com ele (Jenkin et al., 2015).
- Nunca assuma que uma criança com deficiência de comunicação não consegue ouvi-la ou compreendê-la.
- Não fale na vez da criança. Espere até que a criança termine e resista à tentativa de acabar as suas frases.
- Nunca interrompa ou corrija uma criança com deficiência de comunicação. Espere até ter a certeza que a criança acabou de falar.



- Dê tempo para a criança responder às perguntas, pois algumas formas de comunicação podem levar mais tempo (Jenkin et al., 2015).
- Sempre que necessário, faça perguntas que exijam respostas curtas ou apenas um aceno de cabeça.
- As crianças com um aparelho de comunicação podem responder a perguntas com mais detalhe. As respostas sim/não podem ser paternalistas.
- Se não entender algo, não finja que percebe. Repita aquilo que entendeu e siga as reacções da criança. Peça-lhes para repetir, se necessário.
- Ponha à disposição vários métodos de comunicação, incluindo a escrita e vídeo.
- Combine diferentes métodos para comunicar.
- Adapte o seu método de comunicar à criança, de modo a incorporar os gestos, sinais, expressões e o vocabulário usados pela criança (Jenkin et al., 2015).
- Seja encorajador e paciente.
- Dê à criança a opção de ter apoio de alguém que a conheça na comunicação/tradução/interpretação.
- Mesmo quando faz adaptações, a informação recolhida é muitas vezes limitada. Pode ajudar ao contexto se procurar mais pormenores (se adequado), junto a amigos/ tutores.



Plan / Moçambique / Militarío Lombe

ESTUDOS DE CASO

Nesta secção, são apresentados quatro estudos de caso centrados na consulta com crianças com deficiência. A finalidade destes estudos de caso é demonstrar como levar a cabo, na prática, estas consultas com crianças com deficiência. Apresentam-se várias estratégias para envolver as crianças com diferentes tipos de deficiências.

Estes estudos de caso são apenas exemplos e não pretendem ser a única forma de desempenho. Haverá outros instrumentos e estratégias que podem ser usados para envolver as crianças com deficiência.



Plan / Guatemala / Marcela Bogdanov

Nota: Os nomes, idades e outras características identitárias das crianças nestes estudos de caso foram alterados para protecção das suas identidades. As imagens que se apresentam nestes estudos de caso não correspondem às crianças aí descritas.



Plan International / Nepal /
Owen Raggatt

ESTUDO DE CASO 1:

MARTA

Um estudo de caso sobre a selecção de instrumentos adequados para a consulta

Marta é uma raparigas de 8 anos, do Nepal, que tem uma deficiência mental. Ela frequenta o primeiro ano da escola.

Marta tem dificuldade em se focar numa tarefa por um período longo de tempo e de compreender ideias complexas. Ela é também tímida perante pessoas estranhas, embora seja muito sociável com pessoas que conhece bem, como a irmã.

Nós gostaríamos de falar com Marta sobre a sua experiência na escola.

Algumas estratégias que usamos para a consulta com Marta incluem:

1. Descrever as emoções com esboço e os “Dados dos Sentimentos”
2. Perguntar à Marta se ela gostaria de ter mais alguém presente na consulta, para se sentir mais confortável. Marta diz-nos que gostaria de ter a irmã presente. Pedimos a ambas para assinar a folha de consentimento antes de iniciar a consulta.

Exemplo de Estratégia - Descrever Emoções: Esboço e Dados dos Sentimentos

Distribuem-se pelas crianças os “Dados dos Sentimentos” (caras com as expressões “Feliz”, “Triste” e “Zangado”) e fazem-se perguntas sobre experiências/actividades/ pessoas que os fizeram ter esses sentimentos em locais mostrados no esboço (e.g. na sala de aula, no recreio).

O interesse de usar estes instrumentos é que o uso combinado de sinais visuais e verbais aumenta a capacidade de compreensão. Para a Marta, a esboço permite uma conversa de ideias simples e claras, fáceis para ela entender e seguir. Ao fazer da conversa um jogo, ajuda a captar a atenção da Marta e a fazê-la sentir-se menos envergonhada.

É importante ir verificando se há entendimento. Por exemplo, pergunte à Marta como se sente quando se magoa, quando come a comida preferida, etc. - se as emoções que ela escolhe não coincidem, tente outras formas de explicar o jogo.

Para mais informações:

- Feeling Dice (Dados dos Sentimentos): <http://www.togetheragainstbullying.org/activities/feelingsdice-game/6-sided>
- Emotion mapping (Descrever Emoções): <https://blogs.lshtm.ac.uk/envhealthgroup/files/2015/02/Emotion-Mapping.pdf>



Esboço

Plan / AFM Shamsuzzaman



Dados dos Sentimentos

Syncopated Mama, 2015



Plan International /
Nepal / Rajesh Rai

ESTUDO DE CASO 2: SIMÃO

Um estudo de caso sobre como arranjar o ambiente adequado para uma consulta

Simão é um rapaz de 12 anos, do Nepal. Apesar de compreender bem, ele tem dificuldade em falar. Também tem mobilidade reduzida e anda de cadeira de rodas. Algumas das estratégias que podemos usar na consulta com Simão e deixá-lo partilhar a sua história, incluem:

Assegurar-se de que a entrevista se passa num local seguro e acessível para Simon. Se Simão estiver desconfortável quanto ao local, provavelmente também estará durante a conversa.

- O local deve ser de fácil acesso para ele, livre de degraus ou rampas e ter casa de banho para deficientes;
 - Procurar saber junto a Simão onde ele se sentiria mais confortável.
1. Adapte as perguntas de modo a poderem ser respondidas com respostas simples ou gestos, e.g. sim/não, apontar
 2. Disponha de tempo suficiente para a entrevista, uma vez que levará mais tempo a comunicar
 3. Seja paciente e encorajador
 4. Pergunte-lhe se gostaria que alguém se juntasse à conversa. Muitas vezes familiares ou amigos desenvolvem formas únicas de comunicar que vale a pena aproveitar
 5. • Nota: É importante perguntar a Simão SE e QUEM ele gostaria que estivesse na consulta e obter consentimento de ambas as partes. É importante ter em consideração que o amigo ou familiar pode vir a influenciar as respostas de Simão se a conversa for sobre um assunto sensível ou pessoal.



ESTUDO DE CASO 3:

BENA

Um estudo de caso sobre a utilização de ferramentas visuais

Bena é uma rapariga de 7 anos que vive no Gana. Ela é surda e nunca aprendeu linguagem gestual formal. Não sabe ler ou escrever.

Algumas das estratégias que podemos usar na consulta com Bena e deixá-la partilhar a sua história, incluem:

1. Antes do encontro com Bena, tentar saber qual será a melhor forma de comunicar com ela e a que linguagem (escrita/falada/gestual/linguagem gestual local?) ela está habituada. Bena não conhece a linguagem gestual, mas se conhecesse, seria importante saber se seria possível arranjar um intérprete.
2. Falar com Bena sobre o envolvimento de familiares ou amigos. Muitas vezes a criança desenvolveu alguma linguagem gestual informal que é útil para expressar as suas ideias. Caso ela queira a presença de alguém, assegure-se de que obtém o consentimento de ambas as partes.
3. Se possível, levar um auxiliar de investigação em comunicação que seja surdo, para comunicar e traduzir as suas perguntas e um intérprete para falar com o auxiliar de investigação.
4. Utilizar diferentes meios de comunicação, incluindo imagens e figuras, materiais visuais, teatro, dramatização, vídeos e desenhos para explicar as perguntas e instruções assim como para lhe dar a oportunidade para ela expressar o que pensa.

5. Utilizar métodos visuais participativos:
e.g. Dramatização.

Ideias para Materiais Visuais Não-Verbais:

1. Explique as instruções de forma clara, com imagens, passo a passo.
2. Assegure-se de que imagens /temas sejam culturalmente relevantes.
3. Forneça imagens e auxiliares visuais/metodologias (e.g. livros de comunicação, dramatizações de situações reais, vídeo participatório, desenho) para ajudar Bena a expressar os seus pensamentos.
4. Disponha de tempo extra e seja paciente e encorajador.
5. A própria linguagem corporal de Bena e as suas expressões faciais irão também fornecer informação.



Geneva Centre for Autism, 2008

Instruções visuais para lavar as mãos



Considerate Classroom, 2013

Livros de Comunicação



Plan International / Vivek Singh

Escola desenhada pela criança

Ideias para Métodos Participativos Visuais:

- O desenho permite que as crianças expressem as suas experiências de forma não-verbal.
- Por exemplo: peça a Bena (usando instruções visuais) para desenhar imagens de um dia típico de escola.
- A utilização combinada de outras ferramentas visuais (e.g. cartões de emoções, livros de comunicação) pode ajudar a interpretar imagens.

Para mais informação:

- Livros de comunicação: http://www.complexneeds.org.uk/modules/Module-3.1-Communication---augmentative-and-assistive-strategies/All/downloads/m09p110bcd/using_communication_books.pdf
- Quadros de comunicação: <http://speechlanguageinfo.myefolio.com/manualcommunicationboards>



Plan / Vietnam /
Claire Grigaut

ESTUDO DE CASO 4: MARTINS

Um estudo de caso sobre consulta a grupo inclusivo

Martins é um rapaz de 13 anos, do Vietnam. Ele é cego e não domina Braille. Nós pretendemos incluir Martins num grupo de consulta com outros jovens, não tendo, a maior parte deles, deficiências visuais. Algumas estratégias que podemos usar para assegurar que Martins pode participar, incluem:

1. Assegurar que o local é seguro e acessível:
 - Descrever a Martins a disposição da sala, aspectos importantes (e.g. localização de saídas, casas de banho);
 - Assegurar-se de que há alguém disponível para guiar Martins, se necessário;
2. Dizer ao Martins quem mais está na sala e dar outros detalhes que considere relevantes sobre essas pessoas;
3. Pedir aos outros participantes para dizerem o seu nome quando falarem para que Martins os possa facilmente identificar;
4. Evitar actividades que dependam principalmente de sinais visuais (e.g. as que são predominantemente escritas e com imagens);
5. Muitos jogos/actividades que utilizam sinais visuais podem facilmente ser adaptados:
 - Apontar/gestos podem ser substituídos por sinais verbais/tácteis. Por exemplo, em vez de apontar para uma pessoa, diga o nome dela ou toque-lhe no ombro
6. Sempre que forem utilizados sinais visuais, assegurar-se de que são descritos verbalmente
7. Se for utilizado algum texto, pedir a alguém para o ler ao Martins, em voz alta
8. Para as crianças que dominam Braille, fornecer-lhes a informação neste formato, se possível

CONCLUSÃO

Esperamos que este documento encoraje e ajude a assegurar que todas as crianças nos vossos projectos tenham a oportunidade de expressarem as suas opiniões, incluindo as crianças com deficiência.

Lembre-se: ao trabalhar com crianças e jovens com deficiência, é importante salientar que não há duas pessoas iguais. Cada pessoa tem o seu próprio nível e tipo de deficiência e cada pessoa tem as suas próprias capacidades e estratégias. Isto significa que as consultas variam conforme as crianças e é necessário uma abordagem contextualizada e personalizada, caso a caso.

As crianças de diferentes zonas e situações têm formas diferentes de comunicar e, por isso, é importante encarar cada consulta com espírito aberto e disponibilidade para adaptar a sua abordagem.

Sugestões Gerais a Lembrar:

1. Comunique sempre com a criança
2. Procure saber o que a criança sabe fazer
3. Desenvolva uma relação com a criança
4. Adapte a sua abordagem à criança
5. Não tenha pressa

Boa sorte para as suas consultas!

REFERÊNCIAS

Ackermann, L., T. Feeny, J. Hart and J. Newman (2003) Understanding & Evaluating Children's Participation, a review of contemporary literature, London: PLAN UK.

CBM (2012). Inclusion Made Easy. Available from: http://www.cbm.org/article/downloads/78851/CBM_Inclusion_Made_Easy_-_complete_guide.pdf

Considerate Classroom (2013) Improving Communication Skills for Non-Verbal Children through the Use of Aided Language Boards. Available from: <http://considerateclassroom.blogspot.ie/2013/10/aidedlanguageboards.html>

Convention on the Rights of the Child (CRC) (1989), article 2, 23. Available from: http://www.unicef.org/crc/files/Rights_overview.pdf

Geneva Centre for Autism (2008) E-Learning English Visual Images - Wash Hands. Available from: http://visuals.autism.net/main.php?g2_itemId=57

Jenkin, E., Wilson, E., Murfitt, K., Clarke, M., Campain, R and Stockman, L (2015) Inclusive Practice for Research with Children with Disability: A Guide. Deakin University, Melbourne. Available from: http://www.voicesofchildrenwithdisability.com/wp-content/uploads/2015/03/DEA-Inclusive-Practice-Research_ACCESSIBLE.pdf

Joseph Rowntree Foundation (2001). Consulting with disabled children and young people. Available from: <https://www.jrf.org.uk/report/consulting-disabled-children-and-young-people>

Kellett, M. (2005) 'Children as Active Researchers: a new research paradigm for the 21st Century?' Methods Review Paper 003, ESRC, UK.

Plan International (2014a) Include us! Available from: <https://plan-international.org/include-us>

Plan International (2014b) Citizenship and Governance Programme Strategy 2013 – 2017. Available from: <https://plan-international.org/publications/citizenship-governance-programme-strategy-2013-2017>

Plan International (2014c) CCCD Standards: Guidance. Putting Plan's CCCD Standards into Practice:

Plan International (2015) Impact Area Overview: The Right to Participate as Citizens. Available from: <https://plan-international.org/publications/impact-area-overview-right-participate-citizens>

Plan International (2016a). Protect us! Inclusion of children with disabilities in child protection. Available from: <https://plan-international.org/protect-us>

Plan International (2016b), Tackling Exclusion Framework. Plan International.

Save the Children (2015) How to Communicate with Children with Disabilities? Manual for Schoolchildren. Available from: http://resourcecentre.savethechildren.se/sites/default/files/documents/communication-with-cwds-for-schoolchildren_eng_0.pdf

Stubbs, S. (2008) Inclusive Education - Where there are few resources, Oslo: The Atlas Alliance.

Syncopated Mama (2015) Get Kids Moving with Fun Feelings Action Cards. Available from: <http://syncopatedmama.blogspot.ie/2015/10/get-kids-moving-with-fun-feelings.html>

UNICEF (2013). Children and young people with disabilities. Available from: http://www.unicef.org/disabilities/files/Factsheet_A5_Web_NEW.pdf

United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UNCPRD) (2007), article 3.c. Available from: <http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>



